

DEFENDE O EURODEPUTADO SOCIALISTA LUÍS MARINHO:

"Felipe Gonzalez é o melhor sucessor para Jacques Delors"

— Unido com Fausto Correia no Congresso Distrital de Coimbra do PS

Jornal de Coimbra — A Europa de hoje já é a Europa dos cidadãos, ou ainda e apenas a das mercadorias e dos capitais...

Luís Marinho — A Europa de hoje ainda não é verdadeiramente a Europa dos cidadãos. Infelizmente a liberdade de circulação de pessoas não é ainda uma realidade por culpa do Conselho de Ministros da Comunidade, que não conseguiu ainda pôr-se de acordo sobre a definição da fronteira exterior da Comunidade, desde logo em virtude de um pequeno problema, que é o problema de Gibraltar, que opõe os ingleses aos espanhóis. Esta é a primeira a razão. Mas também não conseguiu pôr-se de acordo sobre as normas relativas ao direito de asilo. Como se sabe, hoje em dia o direito de asilo político encobre muitas vezes a emigração económica, e a verdade é que a Europa não pode receber a miséria toda deste mundo, albergar todas as pessoas que aqui almejam encontrar um mínimo de condições de sobrevivência, nomeadamente de emprego.

Em virtude destas duas razões, por não estar definida a fronteira exterior, e porque não se encontrou acordo para o direito de asilo, não é possível eliminar completamente as fronteiras interiores. Ainda existem controlos de pessoas nas fronteiras. Pelo que, verdadeiramente, aquilo que foi prometido com o Acto Único, uma Europa dos cidadãos com completa liberdade de circulação em 1 de Janeiro de 1993, verdadeiramente isso não existe.

JC — É urgente resolver esses impasses?

LM — É uma grande batalha política que tem que ser travada. Ao fim e ao cabo, uma luta que se enquadra numa batalha mais geral entre duas concepções da Europa: uma concepção liberal, livre cambista, que acha que a construção europeia é fundamental como mercado para as empresas, e uma concepção que é a nossa, a de uma Europa dos cidadãos. Sem pôr em causa a importância do mercado interno como quadro de referência para a competitividade e para as empresas europeias, entendemos que a economia europeia deve ser posta cada vez mais ao serviço das pessoas, da criação de emprego. Para isso são necessárias verdadeiras políticas comuns, um esforço comum, um reforço da cooperação europeia, um forte incremento dos investimentos públicos comunitários. Um esforço da Comunidade para aumentar a sua capacidade produtiva, seja através das redes transeuropeias, seja através dos grandes investimentos públicos, em ordem a conseguir, com o apoio de cada um dos Estados membros, aumentar o nível de emprego.

JC — No que respeita à minoria de bloqueio, o PS alinha aí com a posição do governo português?

LM — A posição do governo português nunca foi bem explicada a ninguém. Quanto à nossa posição ela é bem clara. É evidente que temos uma solidariedade natural com os espanhóis em muitas questões da Europa. Designadamente porque somos ambos países do Sul com problemas económicos e sociais muito semelhantes, e desde logo porque pagamos o ónus de termos sido dos últimos Estados a integrar a Comunidade, facto de que nem os espanhóis nem os portugueses têm culpa, porque se chegaram tarde à construção

comunitária foi porque sofreram uma dívida que os afastou da Europa durante muito tempo.

Desse ponto de vista temos algumas solidariedades com os espanhóis. Sendo esta uma realidade, que pode fundamentar um esforço comum em muitas políticas e em muitas batalhas que é preciso travar, penso que a atitude tomada pela Espanha relativamente à minoria de bloqueio é uma atitude que pretende colocar o país vizinho a liderar um pólo regional, o pólo sul da comunidade. Desse ponto de vista, Portugal não

muilo acima das contribuições dos países mais pequenos?

LM — O equilíbrio que a CE teve ao longo destes 40 anos deriva do facto dos pequenos países terem estado sempre sobre-representados na Comunidade. A representação dos países nunca teve a ver com o seu tamanho e ou a sua riqueza. Basta lembrar que a Alemanha tem 100 milhões de habitantes e dez votos no Conselho. Portugal tem dez milhões de habitantes e tem cinco votos no Conselho. Não há nenhuma proporcionalidade, nenhuma relação entre o peso dos países e a população. É esse princípio que tem que se manter, o princípio de que os pequenos países são favorecidos em termos de representação. Tem que se manter, sob pena da Europa deixar de ser comunitária, passar para uma Europa dos grandes Estados e o resto são estados satélites. Nesta base, quando se querem modificar as regras de decisão para fazer valer o peso dos grandes países, nós temos que estar naturalmente em desacordo. Felizmente que o alargamento vai tornar essa obsessão dos grandes numa impossibilidade. Pelo que, no futuro, as regras históricas que favorecem os pequenos países se irão manter porque os pequenos vão ser em maior número que os grandes. Logo, não vai haver

condições para fazer aquilo que algumas grandes potências pretendem.

JC — A União Política não vai ser travada com a entrada dos países nórdicos, de tradições neutralistas tão arraigadas?

LM — Porque é que esses países eram neutralistas? Porque tinham do lado de lá, bastante perto, a potência militar do Pacto de Varsóvia e da União Soviética. E o mundo mudou. Esses países abandonaram o neutralismo, e vão integrar-se naquilo que são os princípios básicos da União Europeia. Não há pois qualquer perigo nesse aspecto. Pelo contrário, são países que se tornaram comprometidos com uma política externa e uma defesa comum da própria Europa. Porque todos conhecem bem a crise económica porque passam os países da Europa central, as repúblicas da ex-União Soviética, os fenômenos de nacionalismo, de xenofobia, de racismo. Fenômenos que podem justificar num determinado momento — mesmo em relação à Rússia e a algumas repúblicas da ex-União Soviética aonde ainda existe a energia nuclear — algumas aventuras extremamente perigosas para a paz.

Continua na página seguinte



Luís Marinho

ganha nada em amarrar-se aos interesses estratégicos e aos interesses de potência regional da Espanha. Tenho para mim que Portugal deve ter uma liberdade de actuação sem limites na Comunidade, e em cada momento fazer as alianças que acha que deve fazer.

O problema que se põe verdadeiramente é que a Espanha se considera hoje um dos cinco grandes países da comunidade. E esses cinco grandes, perante o alargamento, sabem que vão ficar em minoria. Porque se em doze, cinco grandes países têm muita força, em dezasseis, os mesmos cinco têm menor força. A partir do alargamento é maior o número de pequenos e médios países do que os chamados grandes.

Os espanhóis quiseram ganhar tempo antes do alargamento para alterar as regras de decisão da CE, por que sabem que depois do alargamento essas alterações já não serão aceites. Portanto, ao contrário do que muita gente pensa, o alargamento favorece os pequenos e médios países da CE. Porque em dezasseis passaremos a ser onze, enquanto actualmente é praticamente meio por meio.

DEVE MANTER-SE O PRINCÍPIO DO FAVORECIMENTO DOS PEQUENOS PAÍSES

JC — Essa vantagem será saudável para a Comunidade? Com países pequenos a fazer vingar posições contra países muito mais populosos, de território mais extenso, com um PIB e as consequentes contribuições para a Comunidade

"TENHO UMA CASA"

C.R.L.

AV. EMÍDIO NAVARRO, 93 - 3.º ANDAR - COIMBRA

CHAMADAS

No relançamento da nossa Cooperativa foi decidido fazerem-se as primeiras quatro chamadas depois das alterações introduzidas ao Regulamento, sendo contemplados os seguintes cooperadores:

Srna. D. MARIA ZULMIRA ALVES LOURENÇO - Coimbra
 Snr. ISRAEL JOSÉ MARTINS DE MACEDO E SILVA - Cacém
 Sra. D. ISABEL MOURATO MIRANDA PEDRO - Coimbra
 Snr. DANIEL PEREIRA MARTINS RIBEIRO - Coimbra

Este anúncio também poderá ter interesse para si que não é cooperador. Basta que se inscreva já.

A Direcção

Continuação da página anterior

EUROPA: UM CONTINENTE RODEADO DE MISÉRIA

JC — Os maiores perigos sopram de leste, ou do fundamentalismo magrebino?

LM — São perigos que se equivalem. Onde houver subdesenvolvimento, falta de autoridade do Estado, exclusão social, é natural que esses fenómenos de radicalismo se manifestem. E temos esses fenómenos a leste, como os temos a sul. Apesar dos problemas que a Europa hoje tem, é um continente rodeado de misérias e de tensões. Essas tensões e miséria não são boas conselheiras em nenhuma circunstância. Hoje, para Portugal, o perigo de facto não vem da Espanha. Para Portugal, como para a Espanha, para a França e a Itália, os perigos vêm das tensões sociais gravíssimas que rodeiam a Europa comunitária. É por isso que eu acho fundamental uma política de defesa comum, para nos podermos afirmar e para nos podermos defender.

JC — A defesa, em relação aos perigos... Porque é que a Europa não ajuda a combater esses perigos, albergando esses países do sul no seu seio?

LM — É evidente que a nossa relação com esses países, quer a leste, quer a sul, não se esgota na necessidade de ter uma política de defesa ou uma política externa comum. É obrigação da Europa ter em relação a esses países uma componente de cooperação. Nós, portugueses, reconhecemos bem a importância do auxílio da Europa nos momentos difíceis da transição da ditadura para a nossa democracia. Se não tivesse sido o apoio da Europa democrática, da Europa comunitária, nos anos difíceis de 1974 e 75, hoje não teríamos uma democracia. Mas a verdade é que, exactamente por isso, somos obrigados a ter uma política de cooperação no domínio económico que passe pela criação de emprego e de riqueza nesses países, mantendo com eles uma política de abertura, de investimento, de cooperação no domínio tecnológico. Em suma, encontrar formas de desenvolvimento económico desses países.

JC — Polónia, Hungria, Checoslováquia entrarão então mais depressa para a CE do que Marrocos ou a Tunísia...

LM — A Tunísia e Marrocos nunca entrarão para a Comunidade Europeia, porque há um critério que é um critério geográfico, natural. Eles não são Europa. Quanto à Hungria, já fez o seu pedido de adesão. Mas toda a gente pensa que só países que não estão ainda em condições — do ponto de vista do desenvolvimento da sua própria democracia e do ponto de vista do desenvolvimento económico e social —, não estão em condições de entrar no mercado interno de concorrência, pois seriam completamente esmagados. Portanto, a nossa posição em relação a esses países é de abertura, de auxílio no seu processo natural de estabilização social e económica, e para isso temos com eles os chamados acordos de associação. Depois, numa fase mais avançada, que ninguém pode prever, mas que nunca será antes do final do século, encetaremos um caminho que eventualmente venha a dar numa adesão. Daqui se conclui que a adesão dos países da Europa Central não é para já.

JC — Em 1996 não vai haver alargamento... LM — Não vai entrar ninguém. Aliás, a seguir ao próximo alargamento, o que está no horizonte são os pedidos já formulados por Malta e por Chipre, e que são países que também estão na eminência de entrar até ao final do século. E temos ainda o problema da Turquia, mas a Turquia foi o único país ao qual a Comunidade disse não.

Pelo menos para já, porque enquanto a questão dos direitos humanos na Turquia não for resolvida, dificilmente poderá entrar na CE. O problema é mais dos turcos do que dos europeus. Ou se transformam numa democracia séria, e terão condições mínimas para o seu ingresso, ou então a Turquia não entrará lá cedo.

JC — A Carta Social Europeia é uma forma de os socialistas conseguirem impor o socialismo desde Bruxelas? Ganhar na secretaria, já que não estão no poder na maior parte dos países que integram a CE?

LM — A Carta Social Europeia não é o socialismo. Há governos como a Alemanha, governada pelos democratas-cristãos, e que também aderiram à Carta, tal como a França e a Itália. A Carta Social Europeia é uma componente da política comunitária essencial para garantir igualdade nas condições de trabalho entre todos os trabalhadores da CE. E eu dou-lhe um exemplo. Se a política social europeia fosse uma realidade, nós hoje não tínhamos portugueses a atravessar a Europa toda para ir trabalhar na ex-RDA, em Leipzig, por metade do salário que os patrões pagam lá a trabalhadores em igualdade de circunstâncias. Porque se o princípio de igualdade de remuneração, que é um dos princípios fundamentais da política social estivesse em vigor, não era possível esta exploração dos trabalhadores portugueses. A política social europeia é uma política que tem como objectivo criar um modelo social europeu de produção, isto é, que todos os trabalhadores europeus, independentemente do país onde produzam, tenham condições de trabalho, garantias de carácter social e remunerações equivalentes. Não podemos pretender uma Europa de igualdade entre Estados que não passe pela ideia de uma Europa de igualdade entre trabalhadores. E não podemos permitir nem aceitar que o mercado interno sirva para que os países mais ricos possam à vontade explorar os trabalhadores dos países mais pobres. É por isso que nós defendemos a política social europeia.

JC — Concedendo à Inglaterra a prerrogativa de ficar de fora, neste capítulo...

LM — Não foram os socialistas que concederam essa bexiga, foi o Conselho Europeu. É preciso que se saiba que a responsabilidade última daquilo que de facto se passa na Europa não está nem na Comissão nem no Parlamento Europeu. A responsabilidade última do bom ou do mau que existe na Comunidade é algo que tem a ver com cada um dos Chefes de Estado e cada um dos governos da Comunidade, que no seu conjunto decidem no Conselho de Ministros da CE ou no Conselho Europeu tudo o que é importante.

RECONHECIMENTO DA MACEDÓNIA FOI PRECIPITADO

JC — Como é que a Europa pode avançar para uma união mais estreita, se emperna numa questão tão simples como a da Macedónia, um problema de denominação, uma questão caricata...

LM — Não é uma questão caricata. Nessa matéria a CE precipitou-se, e várias vezes, em relação ao reconhecimento das repúblicas que começaram a aparecer a leste, designadamente na Jugoslávia, depois da queda do Muro de Berlim e da desintegração do império comunista. Contudo nisso algumas imprudências...

No caso concreto da Macedónia, para além do nome registu uma questão fundamental. É que há alguns designios expansionistas por parte dos nacionalistas daquilo a que hoje se chama a Macedónia. E os gregos, que passaram algumas dificuldades neste século para afirmar as suas fronteiras naturais, vêem com algum receio esses designios de afirmação étnica por parte da nova república da Macedónia, que como sabe, se estendem hoje a territórios que pertencem à Grécia. Não foram os gregos que iniciaram este conflito, é natural que eles façam disto uma questão fundamental, e batam o pé.

UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA VAI SER ADIADA

JC — Quanto à Europa a duas velocidades, é um dado assente. Portugal já não entra na terceira fase, em 1997, por exemplo...

LM — Refere-se aos critérios de convergência, é isso?

JC — Exactamente.

LM — Sobre isso não vale a pena fazer grande futurologia, porque o que me parece é que os problemas hoje em dia são comuns à generalidade dos países europeus. Praticamente todos os países da CE, uns por umas razões, outros por outras, praticamente nenhum deles está em condições — talvez à excepção do Luxemburgo —, de cumprir à risca os critérios de convergência. Como se sabe, esses critérios foram delineados num momento de expansão económica, estabelecidos numa lógica um pouco liberal e de baixo de concepções monetaristas do desenvolvimento económico. Depois de terem sido estabelecidos a Europa entrou num período de recessão e o desemprego é uma realidade, e hoje o que se verifica é que grande parte dos países não está em condições de os observar. Não quer dizer que o objectivo da moeda única se perca, mas o que irá acontecer será uma adequação relativa dos critérios de convergência, adequação a ser feita quando da revisão dos

Traitados, em 1996. Nessa revisão, ter-se-á que ponderar qual a situação de cada um dos Estados Membros, e fazer-se uma adaptação desses critérios. Desde já, nós os socialistas portugueses como os dos restantes países da CE, temos um compromisso, que consiste em introduzir nos critérios de convergência a preocupação do emprego. O emprego tem que ser também uma grandeza de referência para estabelecer a convergência entre os Estados membros.

JC — 1996 vai ser um ano de marcha atrás quanto aos objectivos traçados anteriormente... LM — Tudo depende de como a economia evoluir em 95. Vai ser de certeza um ano de reflexão e de relançamento dos critérios que nós não de conduzir à moeda única. Como se sabe, a moeda única é um objectivo a prazo, com realização prevista até final do século. Mas é natural que não tenhamos condições para concretizar esse objectivo até final do século. Agora, também não vejo condições para que três ou quatro países descolam do resto do pelotão, na medida em que, desde a Alemanha, passando pela França, Inglaterra, Itália e até à Holanda, nenhum destes grandes países está em condições de poder avançar sozinho, por carência de condições económico-sociais.

JC — Maastricht foi um erro, então...

LM — Os critérios de convergência não pertencem ao Tratado de Maastricht. São estabelecidos num protocolo anexo ao tratado, pelo que não fazem parte da letra do tratado. É a metodologia seguida, de fixar os critérios quantitativos de Maastricht num protocolo anexo, foi uma metodologia de precaução. Quando elaboraram o tratado, os Estados membros colocaram a hipótese de que aqueles critérios pudessem não ter condições concretas para serem cumpridos por cada um dos países. E ao tê-los colocado em anexo, foi já prevendo a possibilidade de terem de ser revistos.

JÁ PASSOU A ÉPOCA DO MONETARISMO

JC — Houve alguma precipitação, comatos optimista talvez mal feitas...

LM — Não houve precipitação. Houve, isso sim, uma excessiva confiança nos critérios monetaristas de condução da economia. E hoje em dia o que se prova é que as concepções liberais, monetaristas fizeram o seu tempo na própria Europa; a crise do desemprego é a melhor prova de que essas políticas que todos os estados membros, inclusive o português, seguiram, estão erradas. E que é preciso contrapor a essas políticas monetaristas — que levaram a uma criação de riqueza artificial, à especulação financeira, à ideia de um crescimento falso —, uma política de cariz socialista e social-democrata. Ou se quiser, em termos económicos, por uma política neo-keinsiana, como fazem já os americanos.

JC — Melhor então não entrar nenhum, que entrar apenas um pequeno punhado de países...

LM — Não há um grupo de países com condições económico-sociais para avançar sozinho a partir de 1997.

JC — Por este andar, teremos uma União Europeia sólida lá para 2347...

LM — A Europa está a construir-se há 40 anos. A construção europeia é um misto de idealismo e de pragmatismo. A Europa é a única utopia que resistiu à História. E resistiu porque? Porque é a única utopia moderna, a única utopia que acredita na cooperação e na unidade dos povos europeus, mas acredita que isso é possível fazer-se pela via democrática. Todas as outras formas de unidade europeia foram feitas pelas armas, pela violência ou pelas ditaduras.

JC — E é também a única utopia em que acreditam agora os socialistas?

LM — Nós mantemos os nossos sonhos e os nossos valores, que não se reduzem à Europa. Mas pensamos que para se conseguir crescimento económico, emprego, justiça social, igualdade entre todos os cidadãos, isto só se pode fazer no quadro da União Europeia. Da mesma maneira que no princípio do século se constatou que não era possível fazer o socialismo num só país, hoje em dia também se constata que não é possível de maneira nenhuma criar riqueza em benefício de todos os cidadãos no quadro estrito das fronteiras nacionais. É o melhor exemplo de que é assim está nos próprios EUA. Os Estados Unidos aprenderam alguma coisa com os próprios europeus, e de uma forma rápida e eficaz construíram um mercado comum dos três países americanos. Porque? Porque os EUA perceberam que há de ser na lógica dos grandes espaços económicos, na lógica de identificação de interesses económicos, da afirmação de grandes potências comerciais que é possível encontrar uma solução para os problemas da empresa e dos indivíduos.

JC — Os EUA a copiar a Europa...

ENTREVISTA COM

LM — Está a copiar...

JC — Cópia com péssima paga. A Europa não prossegue o exemplo de sucesso do grande mercado interno estado-unidense?

LM — É evidente. Só que os Estados Unidos concluíram que o seu mercado interno, que é praticamente igual ao mercado europeu, com 350 milhões de consumidores, é afinal demasiado pequeno para os desafios do futuro.

JC — Porque é que os fundos estruturais têm falhado no seu objectivo primordial de redução das disparidades regionais? Há dinheiro a menos, dinheiro muito mal gasto, dinheiro que se perde no circuito de Bruxelas até às regiões desfavorecidas?

LM — O grande drama da questão dos fundos é que parece não faltar dinheiro. Nós estamos a receber dois milhões de contos por dia, e não estamos a receber só a partir deste ano. Desde 1988 que nós estamos a receber mais de um milhão de contos por dia. São verbas astronómicas. Pelo que essa questão tem que ser colocada ao governo português, que tem feito desta poderosa injeção monetária, deste enorme exercício de solidariedade financeira da Europa uma oportunidade perdida.

JC — O PS faz diferente, em quê?

LM — Naturalmente não seguiria a política do PSD nesta matéria. Porque o PSD segue uma política de fazer coincidir os investimentos dos fundos estruturais com o seu ciclo eleitoral.

A única coisa que o PSD faz com os fundos, para além de algumas obras meritorias que são fundamentais ao nível das infraestruturas, é aproveitar essas injeções monetárias para fazer aquilo que toda a gente sabe, que é a oferta o cinto, alarga o cinto. Esta é a crítica que fazemos quanto à aplicação dos fundos.

Há outra questão dos fundos. O PSD não utiliza os fundos para aumentar a capacidade concorrencial de Portugal em relação aos desafios do futuro. O grande problema das sociedades modernas é o problema da competitividade e do emprego. E nós hoje só podemos concorrer e só nos podemos afirmar economicamente criando com isso emprego, numa lógica de modernização do nosso factor de trabalho.

JC — Mais dinheiro para as empresas, menos para as estradas...

LM — Mais dinheiro para as empresas, mais dinheiro para a formação profissional, mais dinheiro para a educação. A nossa única vantagem relativa no futuro radica no factor humano. Porque numa lógica de salários baixos não vamos a sítio nenhum. Há sempre quem pretenda salários mais baixos que nós. E portanto só conseguiremos afirmar-nos no mercado internacional incorporando no que produzimos um alto valor acrescentado de trabalho qualificado. Só assim teremos alguma hipótese no futuro. Porque se quisermos concorrer com os tigres da Malásia, com os dragões do oriente, com o trabalho escravo ou semi-escravo, nós não vamos a sítio nenhum porque eles conseguem sempre performances mais baratas que nós.

JC — Investir mais dinheiro num sector implica retirá-lo a outros...

LM — É preciso aplicá-lo melhor. Por exemplo, dando às autarquias uma participação em relação às verbas do Plano de Desenvolvimento Regional muitíssimo superior à determinada pelo governo. Praticamente 70% das verbas do PDR são aplicadas pela administração central. E mesmo em termos de criação de emprego, se esta repartição entre administração central e local fosse feita em benefício das administrações municipais, estou em crer que o apoio à indústria local e à criação de emprego a nível regional grangearia o sucesso que nós tem falhado. E isto porque estão mais próximas da realidade. Como meios financeiros que vêm da Europa, as autarquias têm a possibilidade de fazer experiências e criar micro-modelos de desenvolvimento económico capazes de resolver muitíssimo melhor os problemas. Não estou, pois, contra os grandes projectos, contra as auto-estradas, estou a contraria a forma como este dinheiro é repartido. Os nossos autarcas beneficiam muito pouco dos fundos comunitários, porque a repartição lhes é completamente desfavorável.

JC — Quanto à cultura, ela continua o parente pobre da construção europeia...

LM — A ideia de capitais europeias da cultura é uma ideia comunitária.

JC — É pouco...

LM — É pouco. Mas aquilo que há de fundamental na ideia europeia que nós fazemos de cultura é manter a diversidade cultural de cada um dos Estados membros. Porque achamos que essa diversidade é compatível, tem muitas raízes comuns. Apesar da diversidade entre os povos

SRS.

EMPREITEIROS

Permuta-se em Quarteira
projecto aprovado para
20 apartamentos
e 11 lojas.

Tel. 01-3151662

LUÍS MARINHO

européus, há algo neles que é comum. E o que é que é comum? Tudo aquilo que nos diferencia do que nos circunda. A Europa tem uma cultura dos direitos do homem, uma cultura da democracia, de respeito pela pessoa humana, pela vida. E esta cultura, nos momentos em que o racismo e xenofobia alastram, em que os regionalismos exacerbados mostram as suas garras, é uma cultura que interessa preservar, porque é uma cultura de paz, de segurança. E esta cultura democrática é completamente diferente da que nos circunda. Veja-se o Magrebe, a África e o Leste. Em nenhuma das regiões que circundam a Europa existe este nosso modelo de convivência, de respeito pelos direitos do Homem. Existe exactamente o contrário disto tudo. Pelo que este modelo civilizacional é um modelo que tem que ser preservado. Isto faz parte do modelo social em que nos habituámos a viver, um modelo que respeita a religião, as ideologias, as etnias, e considera que é possível a convivência entre todas estas diferenças.

Infelizmente à nossa volta as coisas não são assim. Portanto, quando falamos de uma cultura europeia, temos de atender àquilo que é comum. E o comum são valores fundamentais relativos à dignidade do Homem. Tomara eu que a Europa tivesse força para exportar esse valores, porque no dia em que o conseguir o mundo será melhor.

JC — Quanto ao número de comissários após o alargamento, passa de 17 para 21?

LM — Ao contrário do que se diz para aí, é evidente que o número de comissários vai continuar a responder ao mínimo de um comissário por cada país. É um princípio básico, fundamental da Comunidade sobre o qual não podemos tergiversar.

LESTE NA CE SÓ DAQUI A 20 ANOS

JC — E depois, com a adesão dos países de Leste, continuará a aumentar o número de comissários?

LM — Essa adesão vai demorar ainda 15, 20 anos, pelo que não vale a pena estar a fazer futurologia.

JC — O Parlamento Europeu continua muito carente de poderes. A co-decisão, os relatórios de iniciativa foram apenas rebaixados para ir entreando as reivindicações dos eurodeputados...

LM — Eu não sou um grande adepto do aumento de poderes do Parlamento Europeu. Esse aumento só se justificaria se a Europa fosse federal. Como não é, aquele parlamento não deve ter as mesmas características da Câmara de Representantes dos EUA. E como penso que não se caminha para um modelo federalista, o Parlamento Europeu manterá os poderes que tem. De qualquer das maneiras reforçá-los. Repare que vamos ter já um poder decisivo sobre as adesões dos novos Estados membros. Em Maio, ou o Parlamento Europeu aprova por maioria absoluta esses tratados de adesão, legitimando-os, ou se dissermos não não há adesão para ninguém. Isso não acontecia até agora.

JC — O que diz vai contra o defendido pelo seu partido, que se farta de pôr o dedo na ferida do défice democrático.

LM — É uma questão completamente diferente. Se eu acho que os poderes conferidos ao Parlamento Europeu por Maastricht significam um aumento, há no entanto uma matéria em que era preciso investir. Quando a Comissão ou o Conselho não desencadeiam nenhuma medida legislativa que se torne absolutamente indispensável, o Parlamento deveria ter um direito de quase iniciativa, incitando a Comissão para produzir legislação comunitária. Dou-lhe o exemplo da liberdade de circulação das pessoas, que não existe por falta de entendimento no Conselho, como referi no início desta entrevista. A partir daí, a Comissão não faz proposta nenhuma. Era natural, dado o prejuízo que isso está a causar à Europa dos cidadãos, que o Parlamento pudesse incitar a Comissão a produzir uma directiva nessa matéria.

JC — Esse direito não existe já, através dos relatórios de iniciativa?

LM — Não existe.

JC — Em resumo, os eurodeputados, no que toca aos seus poderes reais, são deputados de segunda ou terceira categoria...

LM — Não acho. Tem o seu lugar na hierarquia institucional da CE...

JC — Têm muito menos poderes que os deputados de um qualquer parlamento nacional...

LM — Temos menos poderes, mas há muitos deputados eleitos directamente nos parlamentos nacionais que não têm poderes nenhuns. Basta que estejam em minoria nessas assembleias e

nenhuma proposta de lei que apresentem tem hipótese de virar.

JC — Está a dar a volta a questão...

LM — Indo mais além, então. O problema do défice democrático não está no Parlamento Europeu, porque este tem meios, tem influência, a capacidade de fazer ouvir a sua voz em relação a toda a produção legislativa da Comunidade. O problema do défice democrático está no facto de grande parte das decisões comunitárias serem feitas no chamado diálogo entre a burocracia de Bruxelas e a burocracia nacional de cada um dos Estados membros. Veja-se caso do PDR português, negociado e decidido nas costas dos principais interessados, desde logo as autarquias. Por que resultou de um diálogo entre Bruxelas e o Terreiro do Paço. Onde está o défice democrático? No facto da Assembleia da República não ter sido ouvida nem achada relativamente ao PDR. Isto é, há decisões comunitárias que resultam do

JC — No vosso argumentário para a campanha eleitoral europeia, de que divulgámos os principais traços na semana passada, falamos mais vezes no PSD que no PS. É correcto estar de tal tanto relevo ao partido adversário, num texto que devia servir para esclarecer os militantes sobre o que o PS pensa da construção europeia?

LM — Mas se é Cavaco Silva e o governo os responsáveis por todas as oportunidades perdidas nesse aspecto!

JC — De todo o modo, prefigura-se uma campanha pela negativa, feita pelos socialistas...

LM — De modo algum. Nós não temos é a prática dos partidos comunistas de apagar os nomes da História!

JC — Deixando a Europa, falemos agora da distrital. Já está definitivamente do lado de Fausto Correia?

LM — Eu sou solidário com o Fausto e ele é solidário comigo nas responsabilidades que temos



entendimento de duas burocracias, mal legitimadas, porque a máquina administrativa do Terreiro do Paço e a de Bruxelas não têm legitimidade democrática. Logo, decisões que nunca passaram pelo parlamento nacional. A culpa também não é de Bruxelas, mas do governo português. Porque o governo entende que foi o PSD e não Portugal que aderiu à Europa. E portanto não tem que passar cavaco às decisões que toma em Bruxelas.

Portanto, o défice democrático está muito mais no facto da AR ser diariamente privada do conhecimento dos dossiers comunitários, não ter poderes de intervenção de nenhuma natureza em matéria do que se discute em Bruxelas, do governo não lhe prestar o mínimo de contas daquilo que decide, nem antes nem depois.

DELORS ATÉ 1996, DEPOIS GONZALEZ

JC — Qual é o seu candidato para substituir Delors?

LM — Alguém com o perfil de Felipe Gonzalez.

JC — O melhor perfil de Felipe Gonzalez é o próprio Gonzalez...

LM — Poderá vir a ser ele...

JC — Com a saída de Delors já em 95, parece problemática essa escolha...

LM — A substituição tanto pode ser em princípios de 95 como mais tarde. Há muita coisa a mexer entretanto. Que já está a mexer, aliás.

JC — Conte lá...

LM — Há várias teses. A da substituição no princípio de 95, ou a manutenção de Delors durante mais uns tempos, até à Conferência interinstitucional de 96, e a partir daí encontrar um candidato à altura, porque substituir Jacques Delors vai ser extremamente difícil. Há muito poucas personalidades na Europa com gabarito para substituir o actual Presidente da Comissão.

JC — Não seria mais correcto Delors manter a Presidência até à conclusão do processo de revisão de 1996?

LM — Do meu ponto de vista seria mais correcto, e depois, ouro sobre azul, para os socialistas e para Portugal, que ele fosse substituído por Felipe Gonzalez. É algo quando está fora do horizonte.

JC — Deus Pinheiro é melhor comissário que Cardoso e Cunha?

LM — Penso que não.

JC — E porquê?

LM — Fico-me por aqui.

na direcção nacional do partido.

JC — Refiro-me à distrital. José Penedos dizia há quinze dias neste jornal que Marinho fazia uma avaliação positiva do desempenho de Fausto Correia à frente da federação...

LM — Claro que faço uma avaliação positiva, e tenho com o Fausto Correia a solidariedade que decorre de partilharmos o projecto comum e a responsabilidade comum desta direcção socialista.

NO CONGRESSO DISTRITAL, UNIDO COM FAUSTO CORREIA

JC — Logo, vão estar unidos no próximo congresso distrital.

LM — É natural, ainda que neste momento tudo aquilo que possa perturbar a eficácia do PS no caminho para a vitória nas europeias deve ser travado. Não é o tempo próprio para discutir o poder interno na federação de Coimbra.

JC — Mas é então natural...

LM — É natural e é lógico.

JC — Hoje já chegou à conclusão que Lisboa está mais perto de Coimbra do que Bruxelas...

LM — Acho que a vitória do Fausto Correia me fez um grande favor, foi muito positiva para

mim. O facto de ter perdido o congresso por um voto, permitiu dedicar-me a tempo integral às responsabilidades que tenho no Parlamento Europeu. Com isso beneficiou o partido e beneficiou eu particularmente.

JC — Se fosse hoje não se teria sequer apresentado como candidato há dois anos...

LM — Apresentei-me como candidato por um exercício de solidariedade para com um conjunto de pessoas da federação de Coimbra. É a minha mágoa é que esse exercício de solidariedade e de comprometimento para com um conjunto de pessoas não tenha sido bem compreendido. Mas penso que fiz a minha obrigação.

JC — Onde radica essa mágoa?

LM — Não fui bem compreendido.

JC — Está a ser doloroso para si e para os seus mais próximos darem o salto para o lado de lá?

LM — Não é nada disso. O que me quero dizer é que eu fiz um esforço enorme quando me candidatei naquelas circunstâncias. Como é obvio, não tinha nada a ganhar nem a perder com essa candidatura. Foi-lo por um exercício de solidariedade e para criar condições de pacificação na federação de Coimbra. Foi esse o meu objectivo, mas acho que esse esforço que fiz não foi compreendido por muitas das pessoas que estiveram comigo.

JC — Não foi compreendido em que aspecto?

LM — É que eu não me candidatei para manter a chama de uma dialéctica, ou de uma alternativa, ou de uma tensão na federação de Coimbra, fiz isso para pacificar. Infelizmente, algumas pessoas que eu apoiiei e que estavam comigo consideram que essas lutas antigas são para manter, e eu não estou nessa posição. Tenho alguma mágoa por causa disso. Um certo exemplo de humildade que fiz nesta federação em homenagem a alguns valores acabou por não ser compreendido.

JC — Essas pessoas têm nomes? Chamam-se João Rui Almeida, Manuel Machado...

LM — Não quero mencionar nomes. Acho que fiz pelo Manuel Machado aquilo que tinha de fazer. Criei condições na federação de Coimbra para que o Dr. Manuel Machado pudesse manter todas as suas capacidades e virtualidades para vir a ser, como foi, eleito presidente da Câmara de Coimbra.

JC — Comunga da mesma posição de José Penedos, segundo a qual Machado deve ficar por cima da próxima refrega distrital?

LM — Manuel Machado é um líder com inensas capacidades de trabalho e de organização, e que tem uma importância decisiva na vida pública portuguesa, porque lidera a terceira câmara do país e a mais importante da região. Daí pensar que seria bom para o PS, para o distrito e para todos nós, que esse capital enorme que Manuel Machado detém fosse aplicado num exercício de afirmação da nossa região no quadro do Partido Socialista e no quadro do país.

JC — Isso não colide em nada com a posição dele em relação à distrital. Está a fugir à pergunta...

LM — Percebe-se claramente. Acho que os desafios do Dr. Manuel Machado têm mais a ver com a cidade, com a região e com o país do que com as querelas internas duma federação.

JC — Já conversou com ele sobre isso?

LM — Não, mas é a minha opinião.

Entrevista conduzida por Dinis Alves

RAMO AUTOMÓVEL

Aceitam-se AGENTES REGIONAIS para venda de produtos de elevada qualidade e com grande aceitação no mercado.

Resposta ao n.º 1198 deste jornal.